



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DESPACHO

Conselho Coordenador de Avaliação

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, diploma que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública (SIADAP) e considerando a cessação de funções no Tribunal Constitucional de membros do Conselho Coordenador da Avaliação designados para o biénio de 2023/2024, assim como a entrada de novos dirigentes intermédios de 1.º grau após o meu despacho de 6 de novembro de 2023 referente ao biénio de 2023/2024, determino que o Conselho Coordenador de Avaliação para o biénio de 2023/2024 e para os ciclos avaliativos anuais respeitantes aos anos de 2025 e 2026 tenha a seguinte composição:

- João André Matias Sebastião Lucas, Secretário-Geral do Tribunal Constitucional, que preside;
- Mafalda Margarida Gomes de Figueiredo Falcão de Bettencourt, Vogal da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECPF), em representação da Senhora Presidente da ECPF;
- Mónica Maria Bessa Correia, Vogal da Entidade para a Transparência (EPT), em representação da Senhora Presidente da EpT;
- Vanda Patrícia da Costa Martins, Diretora de Serviços do Departamento Administrativo e Financeiro (DAF);
- Fernando Cardoso Virgílio Ferreira, Diretor de Serviços do Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica (NADIJ);
- Rui Jorge Garcia Simões Pinto, Diretor de Serviços do Centro de Informática (CI).

Determino ainda que a composição do Conselho Coordenador de Avaliação na sua forma restrita, a que se refere o n.º 7 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, seja a seguinte:

- João André Matias Sebastião Lucas, Secretário-Geral do Tribunal Constitucional, que preside;
- Mafalda Margarida Gomes de Figueiredo Falcão de Bettencourt, Vogal da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECPF);
- Mónica Maria Bessa Correia, Vogal da Entidade para a Transparência (EPT);



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

- Vanda Patrícia da Costa Martins, Diretora de Serviços do Departamento Administrativo e Financeiro (DAF).

Lisboa, 16 de junho de 2025

O Presidente do Tribunal Constitucional

José João Abrantes